

# O oligopólio bancário brasileiro

Setor financeiro não sofre controle concorrencial, como outros segmentos. Por **José Fajardo e Marcelo Fonseca**

Muito se tem falado a respeito da estrutura do setor bancário brasileiro. A partir de uma abordagem microeconômica do tema, o sistema bancário passou a ser visto como uma indústria qualquer, que utiliza como insumo, em sua produção, os depósitos de seus correntistas, e que produz empréstimos, que são vendidos aos tomadores de recursos. Essa perspectiva mantém o caráter de intermediação do setor e tem como benefício a ampliação da capacidade de análise-lo.

Após a implantação do Plano Real, os índices de inflação caíram fortemente. Muitos bancos que obtinham parte das receitas por meio do "float bancário" (utilização de recursos em trânsito na aplicação em títulos públicos) tiveram que reordenar suas estratégias e ingressar no mercado de crédito. Essas instituições buscaram aumentar sua produtividade e investiram grandes

quantias em tecnologia de informação. O passo seguinte veio com o aumento das carteiras de crédito, o que gerou grandes problemas de inadimplência em função da falta de prática na atividade. Bancos com baixa capitalização própria sucumbiram, e mesmo instituições de porte, como os bancos Econômico e Nacional, sofreram intervenção do Banco Central.

Na esteira desses acontecimentos, o governo brasileiro facilitou a entrada de instituições estrangeiras no sistema, com o intuito de fortalecê-lo e aumentar a competitividade. A chegada dos bancos estrangeiros fez com que houvesse uma busca generalizada por aumento de produtividade. A reestruturação do sistema fez com que o número de bancos caísse de 243, em dezembro de 1993, para 165, ao final de 2002.

Tomando um banco como uma indústria qualquer, pode-

ríamos afirmar que deveria haver uma relação entre volume de produção (empréstimos concedidos) e margens de ganho (spread bancário), que nesse caso é a diferença entre a remuneração paga sobre os depósitos e o juro cobrado nos empréstimos. Ao observarmos os dados referentes ao período entre janeiro de 2000 e setembro de 2004 para empréstimos com juros prefixados, e calcularmos a correlação entre eles e o spread praticado, temos resultados não muito satisfatórios: para as pessoas jurídicas, a correlação é quase nula; para as pessoas físicas, obtém-se resultado positivo. Ou seja, quanto